

EDITORIAL

Apresentamos a edição de dezembro de 2021 (v. 16, n. 3) da Revista do Direito Público.

Esta edição é constituída por textos elaborados por autores de nosso estado, Paraná, e de todo o Brasil, com temas relacionados ao direito civil e ao biodireito, ao direito econômico, às *fake news*, ao direito tributário, à *accountability* na administração pública, aos direitos dos povos indígenas e aos direitos humanos, ao direito urbanístico, às inovações tecnológicas, notadamente quanto aos algoritmos, ao direito penal e ao direito de família.

Quanto ao direito civil, o trabalho *“Uma crítica ao sujeito como elemento indispensável na estrutura da relação jurídica à luz da transição de paradigmas do negócio jurídico”*, analisa a estrutura da relação jurídica a partir do atual modelo de negócio jurídico, notadamente em relação à necessidade ou não da presença de sujeitos em caso tal.

Em seguida, o artigo *“Dignidade humana e manipulação genética: reflexões jusfilosóficas acerca da modificação do genoma”*, considera o biodireito e a bioética na tutela da dignidade da pessoa humana e da autodeterminação perspectivada com a filosofia.

O estudo *“A neutralidade tributária e a responsabilidade social das empresas como contributos para o combate às infrações à ordem econômica”*, ao tratar de direito econômico, expõe a defesa da concorrência e a exigência de posturas éticas das empresas.

De outra banda, em direito público foi estudado o tema da *“Regulação, fake news e o conflito com o direito à liberdade de expressão”*, em que se aborda a necessidade de controle por parte do Estado, com o fim de conter a propagação de informações falsas na sociedade brasileira, especialmente por meio da internet.

Ademais, o trabalho *“A busca pela eficiência no âmbito das execuções fiscais municipais e a transação tributária”*, discute a possibilidade de transação em direito tributário, sobretudo no âmbito das execuções fiscais municipais como meio adequado de solução de conflitos de natureza tributária.

Seguidamente, o estudo de caso *“Democracia, desenvolvimento e accountability no plano local: estudo sobre as prestações de contas dos municípios piauienses”*, apresenta a prática de *accountability* pelos gestores públicos de alguns municípios do Piauí, no período de 2010 a 2013.

Por sua vez, ao tratar do direito indígena, o artigo *“A indispensabilidade da terra para a efetivação do direito humano ao alimento dos povos indígenas”*, examina o direito dos indígenas ao alimento e à terra no cenário brasileiro, com base em documentos internacionais e sua interface com a Constituição Federal de 1988.

Em direitos humanos, o artigo *“O land grabbing e a estrangeirização das propriedades brasileiras e a luta contra as novas formas de colonialismo”*, mostra uma perspectiva do tema em relação ao Brasil e à América Latina.

O estudo *“Cabo frio e as potencialidades da região lagos: do plano de desenvolvimento integrado para o transporte público coletivo intermunicipal”*, ao tratar de direito urbanístico, propõe a rediscussão do desenvolvimento do referido aglomerado urbano localizado no Rio de Janeiro.

Mais adiante, menciona o artigo *“Algocracia S/A: o poder das corporações e seus algoritmos nas sociedades democráticas”*, verificar o modo de gestão dos algoritmos, considerando as inovações tecnológicas disponíveis ao setor empresarial no âmbito da sociedade da informação e os respectivos valores democráticos.

Na seara do direito penal, o estudo *“A (in)constitucionalidade e a (i)legitimidade do artigo 122: implicações dogmáticas da autonomia no direito penal”*, cuida da insuficiência de fundamentos à alteração legislativa que modificou o crime de incitação ao suicídio e incluiu das condutas de induzir ou instigar a automutilação, notadamente em relação ao direito constitucional à autonomia daquele que pratica a autolesão, além de apontar outra solução.

Noutro flanco, na área do direito de família, o trabalho *“O princípio da boa-fé e os reflexos sobre a proteção ao bem de família: aspectos materiais e processuais”*, apresenta uma análise da proteção legal conferida, atualmente, tanto ao bem de família como ao mínimo existencial e seus reflexos jurisprudenciais.

Nesta edição, a revista conta ainda com duas resenhas, que analisam a obra *“O futuro da democracia: uma defesa das regras do jogo”*, de Norberto Bobbio e, ainda, o capítulo *“Pacto antenupcial na hermenêutica civil-constitucional”*, de Ana Carla Harmatiuk Matos e Ana Carolina Brochado Teixeira, da obra *“Direito Civil na Legalidade Constitucional: algumas aplicações”*, sob a coordenação de Joyceane Bezerra de Menezes, Maria Cristina de Cicco e Francisco Luciano Lima Rodrigues.

Esperamos que apreciem a leitura de nosso terceiro volume deste ano e que as pesquisas divulgadas aqui fomentem novos estudos.

Prof. Dr. Luiz Fernando Bellinetti
Dezembro de 2021